



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE APOIO PERICIAL
- Centro Regional de Perícia 4 -**

PARECER TÉCNICO – SP/MANAUS/SEAP

REFERÊNCIA	1.13.000.000541/2017-81
UNIDADE SOLICITANTE	PR-AM
AUTORIDADE REQUERENTE	Fernando Merloto Soave – Procurador da República no Acre
EMENTA	Parecer Técnico acerca da situação dos indígenas da etnia Warao na cidade de Manaus, provenientes da região do delta do Orinoco, na Venezuela.
TEMÁTICA	Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais
GUIA DO SISTEMA PERICIAL	SEAP/PGR – 000794/2017
COORDENADAS GEOGRÁFICAS	Feição considerada: (x) pontual () linear () poligonal Lat/Long dec.: Rodoviária: S 03°04'26.4" W 060°01'33.8" Casa 1 (Centro): S 03°08'17.0" W 060°01'12.2" Casa 2 (Centro): S 03°08'17.2" W 060°01'12.0" Casa 3 (Centro): S 02°57'10.1" W 060°07'32.1" Casa 4 (Centro): S 03°08'16.1" W 060°01'13.4"

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. BREVE APRESENTAÇÃO SOBRE OS WARAO

2.1 Informações relevantes sobre a etnia

2.2 Transformações no delta do Orinoco

2.3 O deslocamento para o Brasil

3. OS WARAO NA CIDADE DE MANAUS

3.1 Breve histórico da presença Warao em Manaus

3.2 Condições de vida antes da chegada ao Brasil

3.3 A dinâmica de mobilidade entre a Venezuela e o Brasil

3.4 O percurso até Manaus

3.5 As estratégias de sobrevivência na cidade

3.6 Condições de habitação

3.6.1 Bairro Educandos

3.6.2 Terminal rodoviário

3.6.3 Centro

4. AÇÕES E ARTICULAÇÕES DO PODER PÚBLICO E DA SOCIEDADE CIVIL

4.1 Breve histórico das ações institucionais

4.2 Medidas de abrigo

4.3 Ações de saúde

4.4 A tentativa de retirada compulsória das crianças

4.5 A promessa de transporte para a Venezuela

4.6 Regularização documental

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6. SUGESTÕES

1. INTRODUÇÃO

O presente Parecer Técnico tem o objetivo de descrever e analisar a situação dos indígenas da etnia Warao em Manaus, provenientes da região do delta do Orinoco, na Venezuela. Desde o final de 2016, vários indígenas dessa etnia têm se deslocado até a capital amazonense, se estabelecendo em acampamentos no terminal rodoviário e arredores, em hotéis e casas alugadas no centro da cidade e em outros bairros. O Parecer também procura abordar as medidas adotadas até então pelo poder público e pela sociedade civil diante da permanência das famílias Warao em Manaus.

O trabalho pericial foi solicitado pelo Procurador do Ministério Público Federal (MPF) Fernando Merloto Soave, titular do 5º Ofício Cível da Procuradoria da República no Amazonas (PR-AM), e está vinculado ao Inquérito Civil nº 1.13.000.000541/2017-81, que busca “acompanhar as medidas de apoio aos indígenas Warao em Manaus, imigrantes da Venezuela”.

É importante ressaltar que já foram elaborados dois documentos periciais na área de antropologia sobre a situação dos Warao nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, no estado de Roraima: um parecer concluído em março de 2017 por Luciana Ramos, Emília Botelho e Eduardo Tarragó, peritos em antropologia do Ministério Público Federal (MPF)¹; e uma peça pericial finalizada em maio de 2017, pelo perito Eduardo Tarragó, que aborda especificamente a questão da configuração familiar dos indígenas Warao e seu acolhimento na cidade de Boa Vista².

Tais documentos trazem importantes dados e análises para se compreender o deslocamento dos indígenas venezuelanos até o Brasil. O primeiro parecer oferece uma “síntese etnográfica” da etnia Warao, com base em cuidadoso levantamento bibliográfico, além de apresentar uma análise das entrevistas e observações realizadas pelos antropólogos durante o trabalho de campo no estado de Roraima, em fevereiro de 2017.

Desse modo, o presente trabalho focará na descrição da situação dos indígenas Warao na cidade de Manaus, evidenciando as especificidades desse contexto, sem entrar em detalhes no que se refere aos conteúdos abordados pelos documentos já elaborados, cuja leitura é altamente recomendável para compreender a temática de forma mais ampla.

¹ Parecer Técnico Nº 208/2017/SEAP/6ªCCR/PFDC.

² Peça Pericial Nº 01/2017/Antropologia/PR-RR/SP-BV/CRP-4.

As informações e análises apresentadas no presente Parecer estão baseadas em: 1) pesquisa documental e bibliográfica, a partir de artigos acadêmicos, notícias de jornal e relatórios de órgãos públicos; 2) participação em reuniões com representantes do município de Manaus, do estado do Amazonas e do Governo Federal, entre outras instituições do poder público e da sociedade civil; e 3) trabalho de campo etnográfico realizado entre março e maio de 2017, em diversos pontos da cidade: no terminal rodoviário de Manaus, onde, até o final de março, estavam acampados cerca de 40 indígenas Warao; em duas casas geminadas no bairro Educandos (Zona Sul), alugadas por um grupo de aproximadamente 40 Warao; e nas ruas do centro da cidade, onde conversei com mulheres indígenas que estavam hospedadas em casas e hotéis na mesma região³. O trabalho etnográfico envolvia observação e registro sistemático em caderno de campo, além da realização de entrevistas semi-estruturadas e conversas informais com os indígenas, entre outros atores presentes no contexto da perícia (ex.: funcionários de órgãos públicos, integrantes de organizações da sociedade civil e transeuntes).

Durante o mês de abril foi notificado um aumento na quantidade de indígenas venezuelanos na cidade, bem como a presença de novas famílias Warao que se instalaram em três casas e um hotel nas imediações da Rua Quintino Bocaiúva, no centro de Manaus. Durante a elaboração deste Parecer, fiz algumas visitas a esses locais, sobretudo após o falecimento de dois indígenas (um adulto e uma criança) nos dias 13 e 17 de abril⁴. Em função desses acontecimentos, realizei acompanhamento antropológico às famílias indígenas para apurar qual a decisão do grupo em relação aos ritos funerários a serem realizados, o que foi solicitado pelo procurador Fernando Soave e registrado no Relatório Técnico/SP/MANAUS/SEAP nº 1/2017⁵.

Também realizei visitas pontuais à rodoviária durante os meses de abril e maio, local para o qual se deslocaram os Warao que estavam hospedados anteriormente no bairro Educandos. Na segunda semana de abril fui informado sobre a presença de um grupo de 18 indígenas em uma casa alugada no bairro Cidade Nova, no entanto não foi possível visitar o local.

Em maio de 2017, um incêndio, cuja causa ainda não foi esclarecida, atingiu uma casa no centro de Manaus onde os Warao se hospedavam. Nenhum indígena se feriu, mas

³ O trabalho de campo na rodoviária ocorreu nos dias 20, 22, 23, 25 e 26 de março. Já as visitas às ruas do centro da cidade e ao alojamento dos Warao no bairro Educandos aconteceram, respectivamente, nos dias 23 e 27 de março.

⁴ No dia 14 de maio foi registrado o óbito de uma criança de nove meses, totalizando três mortes de indígenas Warao até o presente momento.

⁵ As visitas para tratar desse assunto aconteceram nos dias 14, 17, 18, 20 e 21 de abril de 2017.

seus pertences foram completamente destruídos. Esse fato, somado a uma tentativa criminosa de incêndio em outra casa, alterou a distribuição das famílias entre os locais de residência, bem como o número de casas ocupadas por elas. Não foi possível visitar nenhuma das casas novas ocupadas pelos indígenas após o incêndio.

As informações obtidas durante a perícia apontam para um rápido aumento na quantidade de indígenas Warao que chegam à Manaus, embora também indiquem um fluxo constante de indígenas que retornam para a Venezuela, tornando difícil precisar seu número e a localização exata das famílias. Há relatos que apontam para novos locais de hospedagem na cidade, além dos já mapeados, o que requer um acompanhamento constante e articulado de identificação.

O desenvolvimento deste texto está estruturado em três partes. Em primeiro lugar, é feita uma apresentação breve e sintética sobre a etnia Warao, a partir do parecer antropológico produzido pelos peritos do MPF, acima mencionado, abordando aspectos de sua história, organização social, práticas produtivas, dinâmicas de ocupação territorial e o deslocamento para o Brasil. Em seguida, é apresentada uma análise da situação na qual se encontram os indígenas Warao na cidade de Manaus até o presente momento, a partir das observações de campo, relatos e notícias de jornal, e, na sequência, são abordadas as ações e articulações do poder público e da sociedade civil nesse contexto. Por fim, apresento as considerações finais e sugestões, no sentido de orientar ações que busquem assegurar os direitos do povo Warao na capital amazonense.

2. BREVE APRESENTAÇÃO SOBRE OS WARAO

2.1 Informações relevantes sobre a etnia

Os Warao se destacam como o segundo povo indígena mais populoso da Venezuela, contabilizando aproximadamente 49.000 pessoas, e estão localizados predominantemente na região caribenha do delta do Orinoco, em centenas de comunidades nas áreas rurais, ribeirinhas e litorâneas, e nas várias cidades do entorno, abarcando o estado de Delta Amacuro⁶ e regiões dos estados de Monagas e Sucre (BOTELHO; RAMOS; TARRAGÓ, 2017). A região onde habitam é marcada por uma vasta rede de rios e *caños*

⁶ O estado de Delta Amacuro se divide em quatro municípios: Antonio Díaz, Casacoima, Pedernales e Tucupita (capital), havendo presença Warao em todos eles.

(igarapés) que se encontram com as correntes marítimas do caribe, resultando em um ecossistema de grande biodiversidade, caracterizado por várias ilhas fluviais, regiões de mangue e solos inundáveis, diretamente afetados pelas cheias do rio Orinoco e pelas marés da costa (*ibid.*).

Estudos antropológicos, linguísticos e arqueológicos apontam para a região do delta do Orinoco como espaço tradicional de ocupação Warao, que remonta há pelo menos 8.000 anos, embora há indícios de que sua territorialidade e mobilidade fossem mais amplas em períodos pré-coloniais, abarcando a região das Antilhas (*ibid.*). A distribuição espacial dos Warao nos últimos séculos em uma área geográfica relativamente definida decorre tanto das dinâmicas de mobilidade próprias a esse povo, bem como à situação de encontro com outras populações caribenhas e com os colonizadores europeus (*ibid.*).

Os Warao são falantes de uma língua comum de mesmo nome e, ao longo do trabalho de campo em Manaus, foi possível constatar que a maioria dos que se deslocam até o Brasil são falantes também do espanhol, embora o grau de fluência seja variável. São normalmente descritos pela literatura antropológica como hábeis pescadores, navegadores e construtores de canoas, que também praticam tradicionalmente a caça e a coleta de vegetais – sobretudo do *moriche* (buriti) – tendo como principais fontes de alimento o pescado, o mel silvestre e a *yuruma* (sagu de palma de buriti) (*ibid.*). Há também o registro de grupos que desenvolvem práticas agrícolas⁷ – com predomínio do cultivo de *ocumo chino* (cará), *plátano* (banana) e *yuca* (mandioca) –, criação de animais e confecção de artesanato (para uso próprio e venda), sobretudo aquele feito a partir da fibra do buriti.

Quanto à organização social, os Warao costumam formar “unidades endogâmicas, com estrutura social relativamente igualitária, sendo a liderança em cada comunidade exercida pelo mais velho, um Aidamo” (*idem.*, p. 13). O padrão de residência é idealmente descrito como matrilocal, de modo que os homens, após o casamento, passam a morar na casa ou comunidade da família da esposa. Nesse contexto, as mulheres assumem um papel fundamental na composição do grupo, sendo responsáveis pela redistribuição de recursos e alimentos, enquanto os homens costumam atuar prioritariamente nos contextos públicos de mediação (*ibid.*).

⁷ “A agricultura foi introduzida tardiamente nas atividades de subsistência dos Warao, no fim da década de 1920, por missionários oriundos da Guiana, tendo notadamente desenvolvido o cultivo do *ocumo chino*, um tubérculo rico em amido, de boa adaptação nas terras encharcadas da região” (TARRAGÓ, 2017, p.3)

No entanto, é importante destacar que há uma significativa heterogeneidade nas “formas de ser Warao”, que se traduz em práticas culturais e modos de vida relativamente distintos entre os grupos localizados em diferentes regiões do delta do Orinoco. Mas, apesar da ausência de uma homogeneidade relativa a suas práticas culturais, é possível afirmar que os Warao “se constituem em uma unidade étnica diferenciada, verificável nos planos linguísticos e das relações sociais intra e interétnicas, formando uma unidade sociológica mais ampla” (*ibid.*, p. 28).

2.2 Transformações no delta do Orinoco

As características geográficas particulares do delta do Orinoco, marcado por terras alagadiças e ilhas fluviais, destacaram-se como obstáculo para as frentes de expansão colonial, embora não tenham impedido por completo a atuação de empreendimentos missionários (*ibid.*). A partir do século XX, alguns projetos governamentais passaram a ser implementados na região, acarretando impactos diretos sobre as dinâmicas socioculturais dos Warao, bem como sobre sua mobilidade e territorialidade, “jogando as famílias e pessoas da etnia para fora da espacialidade do delta e as obrigando a criarem alternativas que passam pelos contextos urbanos da Venezuela e, mais recentemente, também por outros países” (*ibid.*, pp. 9/10)

Entre as décadas de 1920 e 1940 ocorreu a introdução do cultivo de *ocumo chino* em algumas regiões do delta, onde havia a prática extrativa tradicional do *moriche* (buriti), retirando a exclusividade dos Warao sobre o uso de seu território e forçando o deslocamento de vários indígenas em direção a outras regiões, como Guayo, Merehina e Curiaco, e o estabelecimento de muitos Warao em cidades como Barrancas e Tucupita (*ibid.*). Assim, “foi a necessidade de abandono das áreas de buritizais que gerou a relação inicial de forte dependência econômica da etnia em relação à sociedade envolvente” (*ibid.*, p. 9).

Já na década de 1960, a Corporación Venezolana de Guayana (CVG) foi responsável pela construção do dique-estrada que barrou o rio Manamo, com o objetivo de criar um acesso por terra até a cidade de Tucupita e expandir a atividade agropecuária na região do delta do Orinoco (*ibid.*). Esse empreendimento ocasionou uma série de efeitos adversos para as atividades produtivas e dinâmicas socioespaciais dos Warao: a salinização do rio na estação seca, afetando diretamente a atividade da pesca; a acidificação dos solos,

impactando negativamente as práticas agrícolas; o aumento do nível da água, provocando alagamentos; além do desmatamento, poluição dos rios e surgimento de doenças nas regiões de água parada. Desse modo, o barramento do rio Manamo “gerou de imediato a remoção forçada de parcialidades da etnia e o impedimento de acesso às áreas anteriormente em uso, além de passar suas áreas para populações não indígenas, incentivando estas a empreender em agricultura familiar ou empresa agrícola” (*ibid.*, p.10).

A década de 1990 é marcada por novos empreendimentos do setor petrolífero na região do delta, provocando a intensificação dos fluxos migratórios dos Warao para as cidades da Venezuela (*ibid.*). O deslocamento para o contexto urbano é motivado pela necessidade de complementar a subsistência das famílias, uma vez que essa não é plenamente satisfeita em seus territórios de origem. Nas cidades, os indígenas começaram a desenvolver formas específicas para garantir sua sobrevivência, como a venda de artesanato, de pescado e a prática do “pedir”. É importante destacar que, além da busca pelo acesso a bens alimentícios, na qual se insere a busca por trabalho e dinheiro, a ida para as cidades também é estimulada pela possibilidade de acesso a medicamentos e ao atendimento na área de saúde (*ibid.*).

2.3 O deslocamento para o Brasil

Mais recentemente, a situação de crise econômica na Venezuela, marcada por queda nos preços do petróleo, baixa produção econômica, altos níveis de desemprego, desvalorização da moeda e hiperinflação, ocasionou perdas de programas sociais e redução de seus valores, bem como a escassez de bens alimentícios e a dificuldade de acesso a eles, potencializando os fluxos migratórios dos Warao para as zonas urbanas de países vizinhos, como é o caso do Brasil (*ibid.*). Na atual conjuntura econômica venezuelana, o deslocamento de indígenas Warao para as cidades brasileiras é motivado fundamentalmente pela busca de alimentos, trabalho fixo ou temporário e dinheiro, além do acesso à saúde (*ibid.*).

O parecer antropológico produzido por peritos do MPF sobre os indígenas Warao em Roraima aponta que, até março de 2017, “a população da etnia não ultrapassou 600 pessoas simultaneamente no Brasil” (*ibid.* p.21). A dinâmica de mobilidade Warao é caracterizada por um constante ir e vir entre o Brasil e a Venezuela, que se reflete na oscilação da quantidade de indígenas nas cidades brasileiras, cujas razões e especificidades serão apresentadas mais adiante.

Os primeiros registros a respeito da vinda de indígenas Warao para o Brasil datam de 2014, sendo verificado o deslocamento por terra até o estado de Roraima. Em dezembro de 2016, o número estimado de indígenas em Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, e em Boa Vista, capital do estado, girava em torno de 70 e 560, respectivamente, conforme aponta reportagem do portal de notícias Amazônia Real⁸. Em Pacaraima, os indígenas costumam se instalar em terrenos nas proximidades da rodoviária, onde preparam seus alimentos de forma precária. À noite se deslocam até o espaço coberto do terminal, onde dormem sobre papelões, junto com outros imigrantes venezuelanos (*ibid.*). Já em Boa Vista, os Warao se instalaram inicialmente no terminal rodoviário, em feiras públicas, como a Feira do Passarão, e em terrenos baldios, sendo frequentemente encontrados próximos aos semáforos das principais ruas e avenidas durante o dia (*ibid.*).

De 2014 até o final de 2016, a Polícia Federal (PF) empreendeu uma série de deportações de indígenas venezuelanos nas cidades de Boa Vista e Pacaraima. De acordo com o portal de notícias Amazônia Real, com base em informações fornecidas pela PF em Roraima,

“essas ações de deportação iniciaram com 33 indígenas retirados das ruas de Boa Vista, em 2014. Depois foram mais 54 pessoas, em 2015. De janeiro a outubro de 2016, segundo o levantamento da reportagem, mais 445 índios foram deportados, um aumento de 1.248% em relação ao início das ações contra esse povo indígena venezuelano. Nos três anos, foram 532 deportações” (SOUZA, 2017).

De acordo com nota da Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Boa Vista, conforme apurado pela equipe de reportagem da Amazônia Real, a “retirada dos indígenas faz parte do atendimento da demanda da população de Boa Vista que vem sendo abordada por pedintes, indígenas estrangeiros e outras pessoas oriundas de países de fronteira que não apresentam documentação legal para permanência em solo brasileiro” (BRASIL, 2016).

No dia 9 de dezembro de 2016, a Polícia Federal iniciou os procedimentos para deportação de 450 indígenas venezuelanos que estavam em Boa Vista. No entanto, essa ação foi interrompida por ação judicial proposta pela Defensoria Pública da União em Roraima. Em 27 de dezembro de 2016, a Defesa Civil realizou a transferência de 250 indígenas Warao para um ginásio do Governo Estadual no bairro Pintolândia, Zona Oeste de Boa Vista, utilizando-o como abrigo⁹. O abrigamento foi determinado por decisão judicial da 1ª Vara da

⁸ Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/crise-na-venezuela-o-repudio-das-instituicoes-dos-direitos-humanos-contra-a-deportacao-em-massa-dos-indios-warao/>, acessado em 22/05/2017.

⁹ Informações obtidas por meio da reportagem “Crise na Venezuela: O repúdio das instituições dos Direitos Humanos contra a deportação em massa dos índios Warao”, do portal Amazônia Real. Disponível em:

Infância e da Juventude, obrigando o Estado de Roraima a fornecer alimentação, atendimento à saúde e acolhimento para os imigrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade.

O local, denominado Centro de Referência ao Imigrante (CRI), passou a abrigar os imigrantes venezuelanos em Boa Vista, contabilizando 209 pessoas em fevereiro de 2017, sendo 143 indígenas (54 mulheres, 38 homens e 51 crianças Warao) e 66 não indígenas (BOTELHO; RAMOS; TARRAGÓ, 2017). De acordo com informações da Defesa Civil de Roraima, no final de abril de 2017 havia 242 venezuelanos abrigados no CRI, sendo 170 indígenas e 72 não indígenas, o que aponta para um aumento na quantidade de indígenas e não indígenas abrigados entre fevereiro e abril.

A assistência às pessoas alojadas no CRI é feita pela Defesa Civil, a partir do fornecimento de alimentos, e por missionários e voluntários da Federação Fraternidade Humanitária Internacional¹⁰, que administram a rotina diária do centro, buscam doações de alimentos, prestam cuidados de enfermagem, organizam atividades recreativas com as crianças e providenciam transporte para atendimento de saúde, entre outras atividades (*ibid.*).

No Parecer Técnico N° 208/2017/SEAP/6ªCCR/PFDC consta que, apesar de garantir alimentação, atendimento à saúde e abrigo, o CRI apresenta uma série de problemas estruturais e de funcionamento, como as condições precárias de saneamento; a alimentação insuficiente; a proliferação de insetos; a acomodação conjunta de indígenas e não indígenas, podendo gerar desentendimentos; e a impossibilidade de reprodução adequada das práticas tradicionais dos Warao (*ibid.*).

<http://amazoniareal.com.br/crise-na-venezuela-o-repudio-das-instituicoes-dos-direitos-humanos-contra-a-deportacao-em-massa-dos-indios-warao/>, acessado em 22/05/2017.

¹⁰ Organização não governamental de orientação religiosa com sede em Minas Gerais.

3. OS WARAO NA CIDADE DE MANAUS

3.1 Breve histórico da presença Warao em Manaus

O deslocamento dos indígenas da etnia Warao para a capital amazonense começou de maneira mais evidente em dezembro de 2016, se intensificando até o presente momento. As famílias Warao que chegaram em Manaus no final do ano se instalaram inicialmente em hotéis no centro da cidade. No final de janeiro, alguns indígenas recém-chegados montaram um acampamento no terminal rodoviário, no bairro Flores, que passou a receber um número crescente de pessoas ao longo das semanas e meses. Outras famílias também optaram por alugar casas ou quartos em imóveis na região central de Manaus e em outros bairros, como Educandos e Cidade Nova.

Entre os dias 14 e 16 de fevereiro de 2017, a Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos (SEMMASDH) realizou um primeiro recenseamento e mapeamento dos Warao, identificando 117 indígenas na cidade, sendo que 35 estavam acampados na rodoviária, 43 estavam hospedados em duas casas geminadas no bairro Educandos, na Zona Sul (Rua Ana Nogueira, Beco São João Batista, 39-A), e 39 se encontravam em casas e hotéis no centro da cidade¹¹. Desse total, foram contabilizados 62 adultos, 48 crianças, 4 adolescentes e 3 idosos.

Uma família Warao, composta por dois adultos e cinco crianças, esteve hospedada de janeiro a abril de 2017 na Casa do Migrante Jacamim, em função do estado de saúde delicado de uma das crianças, a qual passou por procedimento cirúrgico¹². A Casa Jacamim, localizada ao lado do terminal rodoviário e gerida pela Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), é o único espaço do poder público disponível para o acolhimento de imigrantes em Manaus, o qual possui um número reduzido de vagas, sendo insuficiente para atender a situação dos imigrantes venezuelanos, tanto indígenas quanto não indígenas.

No início de fevereiro, outra família Warao permaneceu hospedada durante dez dias em um abrigo mantido pela Pastoral do Migrante¹³, localizado no bairro Monte das

¹¹ A quantidade registrada no relatório da SEMMASDH está provavelmente subnotificada, uma vez que a contagem dos indígenas no centro da cidade não foi feita nos locais em que estavam hospedados, os quais não haviam sido identificados até então.

¹² Essa família se deslocou para a Venezuela no início de abril e retornou para Manaus no início de maio, permanecendo acampada na rodoviária.

¹³ A Pastoral do Migrante em Manaus é um organismo da Igreja Católica vinculado à Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e mantém três abrigos na cidade, destinados ao acolhimento de imigrantes: um exclusivamente para haitianos; e dois mistos, com predominância de imigrantes venezuelanos.

Oliveiras, na Zona Norte. De acordo com a Irmã Valdiza Carvalho, integrante da Pastoral, a família era composta por doze pessoas (quatro adultos e sete crianças) e não quis continuar no abrigo, uma vez que este ficava muito distante do centro de Manaus e de bairros mais movimentados, onde os Warao costumam passar as manhãs e tardes vendendo artesanato e pedindo dinheiro nas ruas.

Entre janeiro e março de 2017, uma família numerosa permaneceu hospedada em duas casas geminadas no bairro Educandos. Eles alegaram ter chegado à cidade no final de dezembro, onde se hospedaram em um hotel no centro e, após alguns dias, optaram por alugar um espaço onde pudessem se abrigar. No entanto, em função do aumento no valor do aluguel, todos se mudaram para o terminal rodoviário no início de abril.

Nessa mesma época, a Cáritas Arquidiocesana¹⁴ foi informada sobre a chegada de uma grande quantidade de indígenas Warao que haviam se instalado em três casas no centro da cidade, nas ruas Quintino Bocaiúva e Dr. Almínio, e em um imóvel no bairro Cidade Nova. Um grupo de aproximadamente 60 indígenas que estava hospedado no centro compareceu a uma missa na Catedral Metropolitana de Manaus, no dia 02 de abril, onde conversaram com o padre Joaquim Hudson Ribeiro sobre a vinda das famílias à Manaus, as motivações de seu deslocamento e as dificuldades que enfrentavam na cidade. Desde então, a Cáritas passou a acompanhar de perto a situação dos Warao que estavam hospedados no centro, a poucos quarteirões de distância da sede da instituição.

A partir do atendimento da Cáritas a esse grupo de indígenas Warao, envolvendo doação de alimentos, roupas e atendimento à saúde, foram identificadas quatro casas ocupadas por eles, que passaram a ser designadas por números para facilitar sua identificação. As casas 1, 2, 3 e 4 estavam em um mesmo quarteirão, variando apenas a rua de acesso aos imóveis: Rua Quintino Bocaiúva, nº 561 (Casa 1), Rua Quintino Bocaiúva, nº 571 (Casa 2), Rua Dr. Almínio, nº 37 (Casa 3) e Rua Joaquim Nabuco esquina com Rua Quintino Bocaiúva, s/n (Casa 4).

As casas 1, 3 e 4 eram gerenciadas por um peruano chamado Rafael Enríquez, residente em Manaus há 10 anos, que alugava os quartos dos imóveis para os indígenas, embora não fosse o proprietário. Segundo relatório da Cáritas, Rafael informou que havia visto vários indígenas Warao em casebres precários nas imediações da Feira da Manaus

¹⁴ A Cáritas brasileira é um organismo da CNBB, ligado à Igreja Católica, que “trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário”, segundo descrição contida no site: <http://caritas.org.br/tag/caritas-arquideocesana-de-manaus?lang=eu>, acessado em 15/05/2017.

Moderna, no Centro, em meados de março. Ele então propôs alocar os indígenas em duas casas (1 e 3), cobrando uma diária de R\$10 (dez reais) por adulto, o que foi aceito pelo grupo. A partir do dia 15 de abril, o grupo de indígenas que estava na casa 3 foi realocado para uma quarta casa (casa 4) após o falecimento do indígena Américo Mendonza, pois seus familiares alegaram que havia espíritos habitando o quarto onde estavam¹⁵.

A casa 2, onde estava hospedada a maior quantidade de famílias Warao no centro, funcionava como hotel e, segundo sua proprietária, era conhecida como “Hippielândia”, sendo um local de alojamento procurado usualmente por “hippies”. Os Warao dividiam o espaço com não indígenas e pagavam entre R\$20 (vinte reais) e R\$30 (trinta reais) por quarto, dependendo das acomodações.

No final de abril, a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC) realizou um novo recenseamento, a partir do qual foram contabilizados 318 indígenas Warao na cidade. Desse total, 86 pessoas encontravam-se acampadas nas proximidades da rodoviária, sendo que as outras 232 estavam distribuídas entre quatro casas no centro da cidade e uma no bairro Cidade Nova¹⁶.

No dia 05 de maio de 2017 a casa 2 foi atingida por um incêndio, deixando mais de sessenta indígenas desabrigados e destruindo todos os seus bens, entre doações e peças de artesanato. No mesmo dia, a casa 4 (localizada no quarteirão da casa 2) foi alvo de uma tentativa criminosa de incêndio que não se concretizou. Segundo relatos de integrantes da Cáritas, um morador do imóvel, não indígena, teria tentado jogar gasolina e atear fogo nos quartos ocupados pelos Warao, alegando que sua presença ali era indesejada. A Polícia Militar foi acionada, embora tenha feito uma abordagem agressiva, atuando somente no sentido de retirar os indígenas do prédio, aumentando a quantidade de pessoas desabrigadas.

Nesse contexto, considerando o incêndio na casa 2 e a impossibilidade de permanência na casa 4, a Cáritas alugou um imóvel na Rua Quintino Bocaiúva, nº 645, para abrigar os indígenas desalojados durante um mês. No entanto, em função de tensões internas aos Warao, nem todas as famílias ficaram hospedadas no mesmo prédio, de modo que algumas se mudaram para outros imóveis no centro, também gerenciados por Rafael Enríquez, responsável pelas casas 1, 3 e 4. Assim, no início de maio, os Warao passaram a

¹⁵ O relato detalhado acerca deste episódio consta no Relatório Técnico/SP/MANAUS/SEAP nº 1/2017.

¹⁶ A SEJUSC informou que, até o dia 19 de maio, sua equipe ainda não havia visitado o local de hospedagem dos Warao na Cidade Nova, de modo que a quantidade de indígenas apontada estava baseada no depoimento de outros indígenas. Também não foi possível realizar o trabalho de campo nesse local, onde se estimava a presença de 18 pessoas.

habitar seis casas no centro de Manaus: três localizadas na Rua Quintino Bocaiúva – nº 561 (casa 1), nº 583 e nº 645 (alugada pela Cáritas) – e três na Rua Dr. Almínio – nº 18, nº 29 e nº 37 (casa 3)¹⁷.

De acordo com dados recentes fornecidos pela SEJUSC, até o dia 23 de maio de 2017 foram identificados 519 indígenas Warao em Manaus, sendo 285 adultos (165 mulheres e 120 homens), 210 crianças, 12 recém-nascidos e 12 idosos. Desse total, 235 estavam acampados nas imediações da rodoviária, 267 estavam distribuídos em cinco casas no centro da cidade e 17 estavam em uma casa no bairro Cidade Nova. Também foi registrado o retorno de 25 indígenas para a Venezuela durante o mês de maio, atualizando o número total de indígenas para 494 (ver Tabela 1).

ENDEREÇO	HOMEM	MULHER	MENINO	MENINA	IDOSO	RECÉM-NASCIDO	QNT./LOCAL
Rua Dr. Almínio, 29	15	13	3	7	1	1	40
Rua Dr. Almínio, 18	3	3	3	1	0	0	10
Rua Dr. Almínio, 37	6	9	5	6	2	0	28
Rua Quintino Bocaiúva, 561	19	36	18	11	0	0	84
Rua Quintino Bocaiúva, 633	23	33	28	15	3	3	105
Terminal Rodoviário	49	66	52	54	6	8	235
Cidade Nova	5	5	4	3	0	0	17
Total Geral em 22/05	120	165	113	97	12	12	519
			Retorno para Venezuela em Maio/2017				25
					Total em 23/05/2017		494

Tabela 1: Quantidade de indígenas Warao na cidade de Manaus em 23 de maio de 2017. Fonte: SEJUSC (com adaptações)

A SEJUSC informou que a chegada de indígenas Warao tem sido cada vez mais frequente, embora também seja verificado um movimento constante de retorno para a Venezuela. Vários Warao com quem conversei durante o trabalho de campo me informaram que muitos familiares que estão no delta do Orinoco continuariam atravessando a fronteira para o Brasil, devido às dificuldades que enfrentam em seu país de origem, sobretudo no que se refere à alimentação e ao atendimento à saúde. Essas informações eram obtidas por eles

¹⁷ Informações apresentadas pela Cáritas.

através de conversas telefônicas que alguns mantinham com os familiares por meio de telefone celular.

3.2 Condições de vida antes da chegada ao Brasil

Os Warao que estão em Manaus vêm de regiões distintas do delta do Orinoco. Muitos já residiam há vários anos em cidades venezuelanas da periferia do delta, como Tucupita e Barrancas, embora grande parte, sobretudo os mais velhos, tenha nascido nas comunidades localizadas na beira de *caños*, como os *caños* Macareo, Winikina, Araguabisi, La Horqueta e Mariusa. Dentre essas comunidades é possível citar: Koberuna (*caño* Winikina), Juene (*caño* Winikina), España (*caño* Winikina), Barracukina (*caño* La Horqueta) e Mariusa (*caño* Mariusa).

O conjunto de indígenas Warao em Manaus é composto por famílias oriundas de diferentes regiões do delta do Orinoco, com características socioculturais relativamente distintas, embora se identifiquem como membros de um mesmo povo, falante de uma mesma língua. Entre eles existem famílias que já estavam inseridas há mais tempo em contextos urbanos na Venezuela, e que retornavam periodicamente às suas comunidades de origem, bem como famílias que ainda residiam nos *caños* e eventualmente visitavam as cidades para venda de produtos, como o pescado, e compra de bens, como roupas e calçados. Esse dado é um indicativo de que a hiperinflação e o corte recente de políticas assistenciais na Venezuela teve impactos sobre os vários contextos onde estão inseridos os Warao, seja ele “urbano”, “ribeirinho” ou “litorâneo”.

Nas cidades venezuelanas, o comércio é o principal meio de acesso dos Warao aos bens alimentícios, o qual ficou comprometido com o aumento substancial dos preços de itens básicos da alimentação local, como arroz, farinha de trigo, banana e mandioca. Um Warao que anteriormente trabalhava como verdureiro em Tucupita me relatou que o valor que recebia em um dia de trabalho (mil e duzentos bolívares) não era suficiente para comprar 1kg de arroz (cerca de cinco mil e quinhentos bolívares). O consumo de alimentos proteicos, como carne bovina e pescado, tornou-se praticamente inviável devido aos preços ainda mais elevados.

Em algumas comunidades localizadas nos *caños* existem trechos de terra agricultável, nos quais os Warao costumam plantar *ocumo chino*, banana e mandioca. Também obtém grande parte de sua alimentação a partir da pesca e do extrativismo da palma

de buriti, a partir da qual fazem a *yuruma* (sagu do buriti). No entanto, vários Warao relataram a dificuldade de acesso a instrumentos de trabalho para a pesca (como anzóis, redes de pesca, barcos e motores) e utensílios para a prática agrícola (como machados e facões). Também me informaram que essas atividades obedecem a um calendário específico regido pelas cheias e vazantes dos *caños*. De janeiro a abril é o *tiempo de sembrar* (tempo do plantio de banana, *ocumo chino*, mandioca, milho, abóbora, etc.), sendo que a colheita ocorre aproximadamente oito meses depois, de modo que, durante este período, não há alimentos disponíveis nos roçados. De maio até agosto é o *tiempo de cangrejo* (tempo do caranguejo), devido à cheia dos rios. O período mais propício para a pesca nos *caños* é entre março e abril.

Há, no entanto, comunidades mais próximas ao litoral, como Mariusa e Barracukina, onde não há terrenos agricultáveis disponíveis, devido à predominância de manguezais e água salobra. A atividade predominante na região é a pesca, de modo que o acesso a outros bens alimentícios ocorre, sobretudo, a partir do comércio com povoados de Trinidad y Tobago. Assim, a intensa desvalorização da moeda venezuelana também impactou diretamente o acesso aos bens alimentícios nessas comunidades, que se baseavam fundamentalmente no consumo e venda do pescado.

3.3 A dinâmica de mobilidade entre a Venezuela e o Brasil

Os Warao afirmavam que sua vinda para o Brasil era motivada pela busca por alimentos, dinheiro, medicamentos e trabalho (fixo ou temporário). A escassez de comida e seu alto custo na Venezuela eram constantemente ressaltadas como as principais causas para saírem de seu país de origem. Muitos relatavam que alguns familiares haviam se deslocado um ou dois anos antes para o Brasil, retornando com a notícia de que aqui era possível conseguir comida e recursos financeiros, os quais eram obtidos a partir da venda de artesanato, da prática de pedir dinheiro nas ruas e de trabalhos temporários realizados pelos homens.

Outro motivo alegado para o deslocamento entre as comunidades e as cidades (seja na Venezuela ou no Brasil) era o fato de que as aldeias na beira dos *caños* ficavam constantemente inundadas com água salgada, devido às cheias dos rios e à ação das marés. Isso impossibilitava o exercício de práticas agrícolas e comprometia o acesso à água potável em determinados períodos do ano, dificultando a permanência no local.

Os Warao relataram que durante o governo de Hugo Chávez havia políticas públicas voltadas para os povos indígenas na Venezuela, como o repasse de alimentos (trigo, macarrão, açúcar, etc.) para as comunidades na beira dos *caños*¹⁸. No entanto, tais medidas foram interrompidas nos últimos anos. Era comum ouvi-los dizer que atualmente o “governo não chega às comunidades”, o que se traduz pela falta de políticas públicas de atendimento à saúde e de assistência social. A ausência de medicamentos nas comunidades era constantemente apontada como uma das causas de mortes nas comunidades, assim como a fome, que já estava vitimando parentes que permaneceram na Venezuela.

Ressalta-se que o deslocamento dos Warao para as cidades brasileiras está inserido em um contexto mais amplo de mobilidade, marcado por deslocamentos constantes entre comunidades indígenas e centros urbanos. Inicialmente, essa dinâmica de mobilidade ocorria de forma predominante dentro dos limites territoriais do estado venezuelano, só alcançando contornos transnacionais há poucos anos. De acordo com o antropólogo Álvaro Garcia Castro (2000), a partir de 1966 se intensifica o êxodo dos Warao em direção aos centros urbanos localizados na periferia do delta do Orinoco (e, posteriormente, em direção a cidades mais afastadas do delta, como Caracas), cujas principais causas são:

“1) a deterioração das condições naturais de subsistência; 2) a invasão progressiva das terras úteis por parte de agricultores e pecuaristas *criollos*¹⁹; 3) a atração crescente para os centros povoados devido às oportunidades de trabalho, recursos alimentícios e sanitários; 4) a pressão ideológica, tanto civil como religiosa, para impor aos Warao o modelo cultural *criollo* moderno” (GARCÍA CASTRO, 2000, p. 81 – tradução livre)

Segundo o autor, a mobilidade das famílias Warao entre comunidades e cidades destaca-se como uma estratégia para alcançar melhores condições de vida. A adaptação dos indígenas no contexto urbano se dá tanto a partir da inserção no setor de serviços de baixa qualificação, quanto no que o autor chama de “setor mendicante” (GARCÍA CASTRO, 2000). Trata-se de uma “estratégia de sobrevivência, na qual há um movimento contínuo de emigração temporal, por períodos curtos, de certos grupos que se inserem limitadamente nos

¹⁸ De acordo com o Parecer Técnico N° 208/2017/SEAP/6^aCCR/PFDC, durante o governo de Hugo Chávez também “havia projetos governamentais que incentivavam a construção de casas, a compra e reforma de barcos, com atividades produtivas definidas com a participação das comunidades e com incentivo para contratação em sistema de rodízio (garantia de uma semana de trabalho por mês para todos os indígenas)” (BOTELHO; RAMOS; TARRAGÓ, 2017, p.19).

¹⁹ “O termo *criollo* tem sua origem nas diversas classificações socioraciais que existiam durante a época colonial na Venezuela. Inicialmente se aplicou aos filhos de espanhóis brancos nascidos no território da Província. Com o tempo, o termo passou a designar todos aqueles nascidos no país, não pertencentes a nenhuma etnia indígena” (GARCÍA CASTRO, 2000, p. 87 – tradução livre).

meios urbanos com uma estrutura relacional que repousa diretamente sobre suas próprias formas e normas culturais” (GARCÍA CASTRO, 2000, p.86 – tradução livre).

Durante o trabalho de campo, um Warao comparou o deslocamento entre sua comunidade de origem, Koberuna, e a capital do estado venezuelano de Delta Amacuro, Tucupita, com o deslocamento feito por eles entre Venezuela e Brasil (mais especificamente, entre Tucupita e Manaus). Tal comparação evidencia que, da mesma forma que se deslocavam em busca de melhores condições dentro do território venezuelano, as rotas de mobilidade tiveram que ultrapassar as fronteiras nos últimos anos diante da grave crise econômica, como estratégia de sobrevivência.

Tais deslocamentos, tanto nas cidades brasileiras quanto venezuelanas, são normalmente caracterizados pelo retorno constante ao delta do Orinoco, de modo a evitar o rompimento dos vínculos sociais e das redes de relação com os parentes que permaneceram nas comunidades à beira dos *caños* ou nas cidades na periferia do delta.

Isso foi verificado durante o trabalho de campo, na medida em que um grande número de indígenas Warao afirmava o desejo de retornar temporariamente à Venezuela com o intuito de levar comida, dinheiro e roupas arrecadadas para os familiares que permaneceram no país de origem. Esse retorno também era justificado pela necessidade de comprar artesanato, o qual seria revendido no Brasil para possibilitar sua manutenção em Manaus. Segundo eles, a confecção de artesanato em solo brasileiro era dificultada pelo grande tempo gasto para a fabricação das peças e pela dificuldade em encontrar matéria prima no contexto urbano, feitas principalmente com fibra de buriti e miçangas.

Assim, a presença dos Warao em Manaus é marcada fundamentalmente por um movimento pendular entre a capital amazonense e as cidades e comunidades venezuelanas, passando pelas cidades de Roraima. Essa dinâmica de mobilidade sazonal é caracterizada por um tempo maior de permanência no Brasil e um período curto de passagem pela Venezuela²⁰, o que permite que os Warao tenham acesso a recursos e acumulem bens suficientes para levar para os seus familiares, retornando com artesanato para a venda.

Durante o trabalho de campo observei que, entre as famílias com número menor de pessoas, o deslocamento normalmente envolvia a totalidade da família nuclear²¹

²⁰ O período de permanência no Brasil e na Venezuela é variável, dependendo de critérios próprios de cada família.

²¹ Os homens Warao normalmente “referem-se ao seu núcleo familiar como sendo sua esposa, filhos solteiros, filhas, genros e neto. (...) a família extensa abarca também os sogros de um homem, todas as suas cunhadas, os cunhados solteiros e todas as crianças” (TARRAGÓ, 2017, p.9)

para a Venezuela e posterior retorno. Já entre as famílias mais numerosas, era comum o deslocamento de apenas poucos membros, responsáveis por levar sacolas com roupas, alimentos e utensílios domésticos, dentre outros bens, para seus familiares na Venezuela, voltando logo em seguida com artesanato para vender no Brasil. Algumas famílias manifestaram o desejo de permanecer em Manaus, retornando temporariamente para a Venezuela apenas em dezembro, para passar o ano novo com os familiares. Alguns Warao, no entanto, me relataram que, mais recentemente, existem algumas pessoas que manifestaram o desejo de voltar definitivamente para a Venezuela, para ficarem com a família que havia permanecido.

3.4 O percurso até Manaus

O trajeto dos Warao entre a região do delta do Orinoco e a cidade de Manaus envolve cerca de 1700 km de estradas a partir de Tucupita, principal centro de irradiação dos deslocamentos até o Brasil. Também há trechos que são realizados por via fluvial, no caso dos indígenas que habitam as diversas comunidades localizadas nos *caños*. Um Warao que vive na comunidade de Koberuna (*caño* Winikina), por exemplo, afirmava gastar no mínimo seis horas de lancha sem carga até Tucupita. No entanto, o tempo de deslocamento pode ser bem maior, dependendo da localização da comunidade. De um modo geral, gasta-se cerca de dois dias e uma noite de deslocamento entre Tucupita e Manaus, embora muitas vezes o percurso seja permeado por estadias prolongadas em algumas cidades ao longo do trajeto.

Saindo de Tucupita, os indígenas viajam de ônibus por duas horas até a cidade de San Félix (130 km de estrada), onde pegam outro ônibus até Santa Elena do Uairén, na fronteira com o Brasil (cerca de 590 km). O percurso até a cidade de Pacaraima em Roraima, na fronteira com a Venezuela, costuma ser feito a pé durante longas caminhadas pelo *sierra*, com o objetivo de evitar que sejam barrados pela Polícia Federal.

Em Pacaraima, os Warao costumam se estabelecer em um terreno baldio nas proximidades do terminal rodoviário, onde permanecem por períodos variáveis de tempo. De lá se deslocam até Boa Vista, onde geralmente ficam por um período maior²². Da capital roraimense até Manaus são 215 km de estrada, percorridos normalmente de ônibus, a um custo de aproximadamente R\$ 120 por pessoa. Embora o ônibus seja normalmente referido

²² Para mais detalhes sobre a situação dos Warao em Pacaraima e em Boa Vista, consultar o Parecer Técnico N° 208/2017/SEAP/6^aCCR/PFDC.

como principal meio de locomoção por terra, há indígenas que apontam também para a possibilidade de pegar *colas* (caronas) ou então táxis, sobretudo dentro do território brasileiro. Alguns indígenas disseram ter contraído dívidas no valor de R\$250 com taxistas no trajeto de Pacaraima até Boa Vista.

Como o custo dos deslocamentos é alto, nem todos os membros de uma família nuclear conseguem se deslocar ao mesmo tempo para o Brasil. É comum a vinda gradual de familiares que acabam se encontrando em Pacaraima, Boa Vista ou Manaus. Nesses locais também há o encontro de famílias que já se conheciam anteriormente e estabeleciam relações nos *caños* ou nas cidades venezuelanas. No entanto, há também famílias Warao que só passaram a se conhecer em território brasileiro.

Muitos Warao com quem conversei em Manaus disseram ter chegado em Boa Vista entre o final de 2016 e o início de 2017, onde permaneceram abrigados no terminal rodoviário ou no Centro de Referência ao Imigrante (CRI), inaugurado em dezembro de 2017. No entanto, algumas famílias, sobretudo aquelas que chegaram a partir de março, afirmaram ter se deslocado diretamente da Venezuela para a capital amazonense.

Os indígenas que haviam permanecido por algum tempo em Boa Vista me relataram que as condições de permanência ali não eram tão favoráveis, o que estimulou seu deslocamento para Manaus. Dentre as várias razões alegadas para a mudança de uma cidade para a outra é possível citar: 1) a disseminação de um discurso que desestimulava os cidadãos de Boa Vista a dar dinheiro para os indígenas, o qual era reproduzido pelos administradores do CRI (o que era apontado pelos Warao como a proibição de pedirem dinheiro nas ruas); 2) as condições de abrigo no CRI, sobretudo no que diz respeito à convivência conflituosa com os *criollos* (não indígenas) e à alimentação disponível, a qual era vista como insuficiente e incompleta (serviam apenas arroz e macarrão, sem nenhuma carne); 3) a grande dificuldade por parte dos homens Warao em obter trabalho; e 4) a concorrência para venda de artesanato, gerada pela grande quantidade de indígenas Warao na cidade.

3.5 As estratégias de sobrevivência na cidade

É importante destacar que os Warao mobilizam algumas estratégias de sobrevivência no contexto urbano, muitas das quais já eram verificadas nas cidades da Venezuela. Em Manaus, o acesso a bens, comida e dinheiro é alcançado por meios distintos,

que envolvem: 1) a prática do “pedir”; 2) a venda de artesanato; 3) doações (sobretudo de comida, roupas, material de higiene e utensílios domésticos) realizadas por organizações da sociedade civil ou por ações individuais; e 4) fornecimento pontual de alimentos e outros bens (como colchões, por exemplo) realizado pelo poder público.

A prática de pedir dinheiro era realizada pelas mulheres, trajadas com seus vestidos estampados característicos, muitas vezes acompanhadas por crianças. Elas costumavam sair de manhã cedo do local onde estavam hospedadas (por volta das 7h) e se deslocavam de ônibus até as ruas movimentadas do centro e de bairros como Adrianópolis e Nossa Senhora das Graças, onde ficavam próximas aos semáforos, ou então sentadas nas calçadas. Às vezes permaneciam sozinhas ou então acompanhadas por crianças ou por mais uma ou duas mulheres (com ou sem crianças) e, eventualmente, por homens Warao que vendiam artesanato, raramente concentrando um grande número de pessoas em um mesmo local. A presença das crianças era normalmente justificada por elas pela necessidade do cuidado, sendo que muitas delas ainda estavam na fase de amamentação. O retorno aos locais de hospedagem ocorria normalmente no meio da tarde, por volta das 15h.

Durante o trabalho de campo, os homens Warao me informaram que não acompanhavam as mulheres, pois sua presença desestimulava as doações em dinheiro, sendo vistos com desconfiança pelos transeuntes. Enquanto as mulheres estavam no centro “trabalhando”, como eventualmente afirmavam, os homens permaneciam nos locais de hospedagem ou acampamento, cuidando dos pertences da família.

A prática do “pedir” se destaca como uma forma particular de adaptação dos Warao no contexto urbano, em função das dificuldades que se impõem nesse ambiente para a reprodução de suas práticas tradicionais de subsistência. De acordo com o antropólogo García Castro (2000), o mecanismo de sobrevivência desenvolvido pelos Warao no ambiente citadino

“ainda que à primeira vista possa parecer extemporâneo, totalmente alheio a sua condição e valores culturais, não é, em minha opinião, mais que a aplicação das técnicas tradicionais de coleta, que levam a cabo, fundamentalmente, mulheres e crianças em seu habitat original, transportadas para um ambiente radicalmente distinto dos charcos deltaicos, dentro de um contexto, naturalmente, de um processo de mudança que os está deslocando de seu habitat tradicional para ocupar novos espaços. A partir deste ponto de vista, a coleta de esmolas dos transeuntes representaria analogamente a obtenção de excedentes recolhidos em um ambiente urbano, à semelhança do que seria a coleta de frutos e pequenos animais em seu habitat natural” (GARCÍA CASTRO, 2000, p. 85 – tradução livre)

Assim, a estratégia de pedir dinheiro nas ruas pode ser compreendida como uma reelaboração adaptativa dos Warao no contexto urbano, não sendo percebido por todos os indígenas como uma prática necessariamente depreciativa²³. No entanto, como aponta o perito em antropologia do MPF Eduardo Tarragó (2017), é importante chamar atenção para o fato de que

“ (...) o ato de “pedir dinheiro”, embora não possa ser alinhado ao conceito de mendicância perante a percepção dos próprios Warao, não pode ser banalizado e equiparado a uma atividade tradicional. Ainda que observável no país de origem há mais tempo, o fato não significa que “os Warao são tradicionalmente pedintes e sempre serão”. As características ecológicas de seu território de origem, onde o cultivo agrícola é naturalmente desfavorável, associado à série de intervenções estatais lá realizadas ao longo das últimas décadas, sem contrapartida assistencial adequada, permite concluir que o ato de pedir dinheiro tornou-se uma adaptação necessária diante das restrições historicamente sofridas por este grupo étnico” (TARRAGÓ, 2017, p. 9)

A prática do “pedir”, portanto, se destaca como uma estratégia elaborada de forma autônoma pelos próprios Warao para garantir sua sobrevivência no contexto urbano, e não como “oportunismo”, tal qual reforça, equivocadamente, o discurso do senso comum. Durante o trabalho de campo, não observei nenhuma participação de “aliciadores” que obrigassem as mulheres indígenas a pedir dinheiro nas ruas ou retivessem parte de seu dinheiro, ao contrário do que muitas pessoas costumavam afirmar, sem conhecer a situação. O dinheiro obtido pelas mulheres ao longo de um dia nas ruas de Manaus era levado para suas famílias, onde cada uma aplicava os recursos da maneira que lhes era mais conveniente. Em maio de 2017, vários Warao me relataram que a quantia diária auferida durante as incursões das mulheres pelas ruas de Manaus já não era tão grande como no início de sua estadia na cidade.

Embora fosse vista pelos Warao como alternativa viável e imediata para sua sobrevivência diante da escassez de alimentos e recursos, a prática do “pedir” era muitas vezes contrastada com o desejo de terem acesso a trabalho em Manaus, o que era reforçado pelos homens e por algumas mulheres. Muitos alegavam que estavam habituados a trabalhar diariamente nos *caños*, fosse nas práticas agrícolas, na confecção de artesanato ou, sobretudo, na pesca. No entanto, diante da impossibilidade de acesso ao trabalho, a prática do pedir se destacava como a estratégia mais viável, do ponto de vista Warao.

²³ “As formas escolhidas de inserção produtiva e sócio-reprodutiva nos contextos urbanos, faz com que sejam vistos onde se encontram como “mendicantes”, termo que evitamos por compreender que com estas formas os Warao visam garantir a sua autonomia – no sentido de que foram soluções construídas por eles próprios –, não sendo o ato pedir, para eles, depreciativo.” (BOTELHO; RAMOS; TARRAGÓ, 2017, p.20)

O desejo por desenvolver alguma atividade produtiva era muito presente nas falas dos homens, o que também contrariava a fala do senso comum segundo a qual os indígenas venezuelanos eram “preguiçosos” e “não queriam trabalhar”. Uma liderança Warao acampada na rodoviária chegou a manifestar a expectativa de encontrar condições para desenvolver atividades de cultivo e pesca em Manaus, considerando o domínio e familiaridade em relação a tais práticas e a necessidade de conquistarem maior autonomia. Vários alegavam que nos contextos urbanos da Venezuela, e até mesmo nas cidades de Roraima, eles eventualmente trabalhavam no setor informal, como, por exemplo, enquanto engraxates, *caleteros* (carregadores) ou auxiliares de pedreiro. Havia também indígenas com maior grau de qualificação, que começaram a cursar a faculdade, mas que, devido às condições econômicas na Venezuela, encontraram alternativa no setor de serviços de baixa qualificação.

Outra estratégia de subsistência encontrada por eles em Manaus era a venda do artesanato tradicional, confeccionado principalmente com fibra de buriti e miçangas. É importante notar que a venda de artesanato não se destacava como prática comum nas cidades venezuelanas (GARCÍA CASTRO, 2000), podendo ser vista como mais uma forma adaptativa de subsistência encontrada pelos membros da etnia em um novo contexto social e econômico.

Muitos Warao com quem conversei haviam trazido peças de artesanato para vender, como redes de dormir, chapéus, cestos e bolsas, feitos com fibra de buriti, além de pulseiras e colares de miçangas. As famílias que estavam há mais tempo na cidade já haviam vendido todo o seu estoque e manifestavam o desejo de retornar para a Venezuela, onde comprariam as peças por um preço acessível e revenderiam no Brasil, o que era vantajoso considerando a desvalorização da moeda venezuelana diante do real. Havia também indígenas que traziam a matéria-prima do delta do Orinoco e confeccionavam as peças em Roraima ou em Manaus. No entanto, como já foi apontado, o grande tempo despendido para confecção das peças e a dificuldade em obter matéria-prima em Manaus (sobretudo a fibra de buriti) tornava mais vantajosa e viável a opção pela compra do artesanato na Venezuela, na perspectiva dos Warao. Embora nem todos os Warao dominassem a confecção do artesanato, muitos manifestavam o desejo de fabricar peças, demandando materiais para sua confecção (miçangas, nylon e fibra de buriti).

A venda das peças manufaturadas era normalmente feita pelos homens, que se deslocavam até as ruas mais movimentadas do centro para expor o artesanato. Percebi que o

valor de cada peça estava bem abaixo do preço normalmente cobrado para produtos com aquela qualidade, revelando a falta de familiaridade dos Warao com os valores de mercado no Brasil.

Além da prática do “pedir” e da venda de artesanato, o acesso à comida e a bens materiais também se dava através de doações, realizadas por instituições religiosas, organizações não governamentais e pessoas em ações individuais ou coletivas, que se sensibilizavam com a situação. No caso dos indígenas acampados na rodoviária, havia um grande fluxo de visitas e doações por parte de grupos organizados, que, muitas vezes, realizavam práticas de intervenção, como atividades recreativas com as crianças ou sessões de oração. Esse fluxo constante era devido à grande visibilidade do acampamento Warao nas proximidades da rodoviária, por se tratar de um local aberto, localizado em uma das principais avenidas de Manaus (Av. Torquato Tapajós), o que rapidamente fez com que alcançassem a atenção da mídia. As famílias hospedadas no centro e no bairro Cidade Nova, por outro lado, eram assistidas principalmente pela Cáritas, que realizava um acompanhamento das demandas dos indígenas, com ações interventivas na área de saúde e distribuição de doações, uma vez que os locais em que estavam hospedados não tinham tanta visibilidade como aqueles acampados na rodoviária.

3.6 Condições de habitação

Até o presente momento foram observados três modos específicos de habitação entre os Warao que estão em Manaus: o acampamento no terminal rodoviário; o aluguel de casas e quartos nos bairros Educandos, Cidade Nova e no Centro; e a hospedagem em hotéis populares na região central. A escolha dos locais de residência em Manaus é feita de acordo com estratégias específicas mobilizadas por cada família, repercutindo sobre suas condições de permanência na cidade. A seguir, aponto para as condições de habitação em cada um dos locais onde foi realizado o trabalho de campo.

3.6.1 Bairro Educandos

Uma família Warao, que em março de 2017 contava com cerca de 40 integrantes em Manaus, permaneceu por cerca de três meses em duas casas alugadas no bairro

Educandos. Durante o trabalho de campo, Fernando Morales (60 anos), responsável pelo grupo, relatou que os membros da família haviam chegado juntos ao Brasil no final do ano. O grupo vinha de Tucupita, mas grande parte vivia anteriormente na comunidade de Barracukina, no *caño* La Horqueta. A vinda para o Brasil foi motivada pela ausência de comida, tanto em Tucupita quanto em Barracukina, uma vez que na comunidade havia apenas pescado e a venda do peixe não era mais suficiente para a compra de alimentos. Passaram o natal em Boa Vista, acampados na rodoviária, e o ano novo em Manaus, inicialmente em um hotel.

Após algum tempo, conseguiram alugar duas casas contíguas no Educandos, próximo ao porto, em uma região de becos estreitos com predominância de casas palafíticas. A região era popularmente conhecida como “zona vermelha”, por apresentar uma taxa alta de criminalidade²⁴. O local era muito próximo ao centro da cidade, o que facilitava o deslocamento das mulheres para pedirem dinheiro nos semáforos. Fernando me contou que não acamparam no terminal de Manaus pois ali as crianças sofriam muito e estavam sujeitas a atropelamentos.

As casas alugadas eram pequenas, feitas de madeira sobre palafitas: uma contava com dois cômodos e a outra com três, além de cozinha e banheiro cada uma. As condições de salubridade do local eram precárias e algumas crianças estavam doentes, com casos diagnosticados de tuberculose. A equipe do Consultório de Rua da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) já estava realizando ações de acompanhamento no local, uma das quais pude observar durante o trabalho de campo, no final de março. No entanto, apesar das condições aparentemente precárias, os Warao afirmavam que a situação deles em Manaus era melhor do que na Venezuela, pois aqui havia comida.

Os proprietários dos imóveis alugados moravam em outra casa contígua e cobravam R\$300 por mês cada casa, conforme me relataram. Os Warao, no entanto, disseram que o valor cobrado era de R\$500, para a casa com dois cômodos, e R\$600, para a casa com três, embora tenham manifestado certa insegurança quando perguntados sobre os valores. No entanto, no início de abril, todos da família se mudaram para o terminal rodoviário, onde já havia outros indígenas Warao acampados, alegando não terem mais condições de pagar o novo valor cobrado.

²⁴ No dia que visitei o local, uma das ruas próximas à casa dos Warao foi interditada, devido à explosão de uma bomba.

3.6.2 Terminal rodoviário

O acampamento no terminal rodoviário teve início no final de janeiro de 2017, com a chegada de quatro indígenas Warao da mesma família que se instalaram na parte externa do conjunto arquitetônico. Raimundo Pérez (60 anos), responsável pela família, relatou que havia cerca de 50 indígenas Warao no centro da cidade na época em que chegou, mas não havia ninguém acampado na rodoviária. Nas semanas seguintes, chegaram outros membros da mesma família extensa e de outras famílias, provenientes de regiões diversas do delta do Orinoco, juntando-se ao grupo acampado. Segundo Raimundo, depois de um mês que estavam ali, várias pessoas de Manaus começaram a entregar doações, como alimentos, roupas, materiais de higiene, fraldas, colchões e barracas de camping.

Durante a realização do trabalho de campo, em meados de março, havia cerca de 40 indígenas Warao acampados na rodoviária, sendo possível identificar quatro grupos, instalados em diferentes espaços do terminal. O maior deles, composto por cerca de 30 pessoas, correspondia a uma família extensa proveniente da comunidade de Koberuna²⁵, a qual ocupou toda a extensão da parede de um dos prédios. Eles haviam instalado lonas para se proteger da chuva e do sol, embaixo das quais dispunham os colchões e seus pertences. Durante a manhã e a tarde, alguns indígenas costumavam armar barracas de camping em baixo do viaduto de Flores para descansarem e se protegerem do sol. O viaduto se localizava bem em frente ao terminal, bastando apenas atravessar a rua que dava acesso aos carros. A região no entorno era composta por uma área coberta por grama e algumas árvores, onde as crianças costumavam brincar e onde as mulheres armavam varais para secar as roupas lavadas.

As outras três famílias, cada uma com quatro pessoas, vinham de regiões diferentes do delta do Orinoco: Tucupita, Barrancas e *caño* Macareo. Seus integrantes haviam se instalado na parede adjacente à entrada do terminal. Como não dispunham de lonas para protegê-los da chuva, eles passavam a noite na parte coberta em frente à lanchonete, dormindo em colchões ou sobre pedaços de papelão. As doações recebidas por essas famílias eram guardadas em grandes sacos e dispostas na parede logo em frente.

Cada uma das famílias se apresentava como um grupo autônomo, possuindo cada qual uma liderança responsável, a qual era normalmente assumida pelo homem mais

²⁵ Antes de se deslocarem para o Brasil, os membros dessa família viviam na cidade de Tucupita, embora continuassem frequentando sua comunidade de origem.

velho. Cândido Moraleda, liderança da família mais numerosa, era o principal interlocutor com os representantes dos órgãos públicos que começaram a acompanhar os indígenas acampados, como SEJUSC, SEMMASDH e SEMSA, sendo normalmente referido por eles como “capitão”²⁶. No entanto, alguns indígenas chegaram a comentar comigo que entre os Warao em Manaus não havia “caciques”, embora reconhecessem a autoridade dos homens mais velhos.

A partir de maio, com a chegada de um número maior de indígenas que estava anteriormente hospedado no abrigo em Boa Vista, os Warao acampados na rodoviária decidiram eleger três lideranças para representar o grupo, provenientes de comunidades distintas do delta do Orinoco: Abel, da comunidade de Espanha; Aníbal, de Mariusa; e Fernando, de Barracukina, além de um primeiro secretário, Hector, de Nabasanuca.

A partir do início de abril, quando os Warao que estavam hospedados no bairro Educandos se mudaram para o terminal, houve uma expansão da área ocupada pelos acampamentos. A parte de baixo do viaduto, anteriormente utilizada apenas para descanso e lazer, passou a ser ocupada permanentemente como local de residência. As famílias armaram várias barracas e depositaram seus pertences ali, ocupando todo o espaço. Ao longo do mês, com a chegada de mais indígenas Warao em Manaus, o espaço adjacente coberto por grama, antes utilizado apenas para recreação e para secar as roupas, passou a ser ocupado por barracas de camping e tendas montadas com lona por entre as árvores e pedaços de madeira.

A alimentação dos Warao na rodoviária era feita sobretudo a partir da oferta de refeições, como pão, café com leite, sopas e quentinhas, ou então pela compra de marmitas e refrigerantes em restaurantes nas imediações, possibilitada pelo dinheiro obtido com a venda de artesanato e com as contribuições em dinheiro nas ruas da cidade. Embora grande parte das doações recebidas fosse de alimentos crus, como arroz, feijão e macarrão, não era permitido cozinhar nas dependências do terminal. No entanto, após a ocupação da parte de baixo do viaduto, os Warao construíram um pequeno fogão a lenha, onde as mulheres preparavam alguns alimentos, como um bolinho frito feito a partir de farinha de trigo. Com o aumento expressivo da quantidade de famílias nas imediações do viaduto de Flores, chamando ainda mais a atenção da sociedade manauara, os Warao receberam doações de fogões, que passaram a utilizar para cozinhar seus alimentos.

Para tomar banho e fazer suas necessidades, os Warao costumavam usar o banheiro da rodoviária, sendo necessário pagar uma taxa de R\$2 para uso do chuveiro e

²⁶ Cândido retornou para a Venezuela em meados de abril.

R\$0,50 para uso dos sanitários. No entanto, diante do custo, muitos optavam por usar uma mangueira localizada na parte de trás do terminal para se banhar e para lavar as roupas. Com o aumento significativo da quantidade de indígenas nas imediações da rodoviária, as condições sanitárias do local se tornaram mais precárias, sobretudo devido ao grande acúmulo de lixo.

Durante os dias, sobretudo nos finais de semana, era comum a vinda de pessoas e grupos organizados da sociedade civil, principalmente instituições religiosas, para realizar as doações. O momento da entrega dos bens era particularmente conturbado, uma vez que vários indígenas se aglomeravam em torno dos carros para ter acesso às roupas e mantimentos. Ali estavam acampadas famílias de distintas comunidades e não havia um sistema centralizado de distribuição dos mantimentos entre elas. Presenciei uma única vez um momento de entrega de doações em que o grupo de doadores teve o cuidado de mapear as famílias acampadas, distribuindo as cestas básicas para as mulheres responsáveis por cada família.

Com relação às intervenções de caráter religioso, como a realização de orações e o convite para participar de cultos ou missas, os Warao se mostravam abertos. Me informaram que a maioria era católica, mas não se opunham ao convite para participação em cultos evangélicos.

Durante o trabalho de campo no mês de março, observei uma única gestante Warao, que já estava realizando o pré-natal com a equipe da SEMSA. Havia registros de crianças doentes, o que gerava a demanda para o acesso a medicamentos e atendimento médico. Ao longo dos meses de abril e maio, com a chegada de mais indígenas, foram registrados casos de tuberculose, entre outras doenças. Também me informaram que a equipe do Consultório de Rua já havia feito visitas de acompanhamento no local, com atendimento médico. A partir do dia 20 de maio, após a Recomendação expedida pelo MPF, foi instalado um posto de atendimento médico no terminal rodoviário para acompanhar a situação de saúde dos Warao acampados, bem como daqueles que chegavam de ônibus.

Os Warao demonstravam desconforto diante da presença de algumas famílias *criollas* (não indígenas) que também armaram acampamento na rodoviária, alegando a profusão de situações conflituosas e a sensação de ameaça. Também ouvi vários relatos dos Warao que apontavam para a ocorrência constante de roubos de pertences e doações, normalmente durante a noite.

3.6.3 Centro

Durante o trabalho de campo no mês de abril, pude visitar quatro casas onde os Warao estavam hospedados no centro da cidade (casas 1, 2, 3 e 4). No entanto, como já foi apontado, o incêndio que atingiu a casa 2 no dia 05 de maio, bem como a tentativa criminosa de incêndio na casa 4, provocaram a mudança das famílias Warao para outros imóveis. As observações que apresento a seguir se referem às visitas de campo realizadas antes dos referidos episódios, o que exclui a descrição das novas casas ocupadas.

Embora os Warao estivessem abrigados da chuva e do sol forte, as condições de habitação no centro também eram precárias. Havia, em geral, uma grande quantidade de indígenas por casa e por quarto, o que potencializava as condições de insalubridade dos locais. Grande parte dos quartos, sobretudo na casa 2, eram escuros e pouco ventilados, aumentando o risco de proliferação de doenças.

Durante ação de saúde promovida pela Cáritas no dia 15 de abril de 2017, 106 indígenas hospedados no centro foram atendidos por uma equipe médica, dos quais apenas seis não apresentavam nenhuma queixa quanto ao seu estado de saúde. Entre os diagnósticos, foram registrados casos de: gripe, diarreia, tosse, febre, dor de cabeça, vômito, dores musculares e abdominais, cárie, desidratação, desnutrição, anemia, conjuntivite, lombalgia, otite, dermatose, gastroenterite, parasitose intestinal, entre outros. Foram registrados quatro casos de catapora entre crianças, dois de pneumonia (sendo que uma das crianças diagnosticadas foi encaminhada para internação), duas suspeitas de tuberculose e cinco suspeitas de sífilis.

Foram registradas três mortes de indígenas Warao até o presente momento na cidade de Manaus, todos hospedados no centro: um adulto, no dia 13 de abril, e duas crianças com menos de um ano, nos dias 17 de abril e 14 de maio. A causa mortis do adulto não foi esclarecida, enquanto as causas do falecimento das crianças foram infecção generalizada decorrente de catapora e pneumonia.

Como apontado anteriormente, os Warao que alugavam quartos nas casas 1, 3 e 4 pagavam R\$10 por dia por adulto, enquanto aqueles hospedados na casa 2 pagavam entre R\$20 e R\$30 por quarto. Uma das famílias que ocupavam uma kitnet na casa 4 era composta por 12 adultos, de modo que o valor mensal pago pela família correspondia a R\$3600, enquanto um apartamento no mesmo edifício era alugado no valor de R\$600 por um

brasileiro. Desse modo, constata-se a cobrança de preços abusivos para a permanência dos Warao em imóveis alugados no centro. Em conversa com a pessoa responsável por gerenciar os imóveis, foi informado que esse valor era fixado pelos proprietários, embora o próprio administrador afirmasse que se solidarizava com a situação dos indígenas e que nem sempre cobrava o valor integralmente, além de auxiliá-los na interlocução com organizações da sociedade civil e do poder público. Ele também afirmou que a opção por pagar o valor diário, em vez de um valor mensal, foi acordada com os indígenas.

Observei um discurso marcadamente preconceituoso com relação aos Warao por parte de alguns brasileiros que frequentavam ou habitavam o centro da cidade. Durante o trabalho de campo, no mês de abril, um não indígena que alugava uma kitnet na casa 4 me relatou que a presença dos indígenas no local era indesejada, devido à sujeira e ao barulho que causavam, alegando que, se não saíssem de lá, ele próprio tomaria providências para que isso fosse feito. Duas semanas depois, integrantes da Cáritas relataram uma tentativa criminosa de incêndio no mesmo imóvel, no dia em que outra casa da rua Quintino Bocaiúva, também hospedada por indígenas Warao, pegou fogo.

No mês de maio, pelo menos dois proprietários dos imóveis onde os Warao estavam hospedados exigiam a saída das famílias que estavam em duas casas. A Cáritas tem atuado na intermediação com os donos dos imóveis, buscando prolongar o tempo de permanência dos Warao até que possam ser realocados para o abrigo, o qual foi providenciado pelo governo do estado em parceria com o município e ainda está em reforma.

4. AÇÕES E ARTICULAÇÕES DO PODER PÚBLICO E DA SOCIEDADE CIVIL

4.1 Breve histórico das ações institucionais

Desde dezembro de 2016, o município de Manaus, por meio da SEMMASDH e da SEMSA, e o Estado do Amazonas, por meio da SEJUSC, da SEAS e da Fundação Estadual do Índio (FEI), têm realizado reuniões interinstitucionais e intersetoriais, com a participação de outros órgãos públicos, instituições e organizações da sociedade civil, para acompanhar a situação dos indígenas venezuelanos na capital amazonense e discutir estratégias de atuação. A partir de março, o MPF no Amazonas instaurou inquérito civil público que busca “acompanhar as medidas de apoio aos indígenas Warao em Manaus, imigrantes da Venezuela”, iniciando sua participação em reuniões com órgãos do Estado e do Município, e articulando reuniões com representantes do poder executivo nas esferas municipal, estadual e federal, em parceria com o MPF em Roraima e com a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (6ª CCR).

Durante a perícia, participei de três reuniões realizadas na sede da SEJUSC, nos dias 13, 14 e 22 de março, e quatro reuniões realizadas no prédio anexo do MPF em Manaus, nos dias 21 e 29 de março, 05 de abril e 02 de maio. Cada reunião contou com a participação de representantes de órgãos distintos, variando sua composição de uma reunião para outra. Entre os principais tópicos discutidos durante os encontros, com foco nos indígenas Warao, destacam-se o atendimento à saúde, o acolhimento e abrigamento, a regularização documental, o acesso a trabalho e a criação de uma política de migração para a cidade de Manaus.

No dia 04 de maio, a Prefeitura de Manaus emitiu o Decreto nº 3698 que declara “situação de emergência social no Município de Manaus, devido ao intenso processo de imigração dos indígenas da etnia Warao, oriundos da Venezuela, acampados em área pública, submetidos à situação de risco pessoal e social, em especial, crianças adolescentes e idosos”. A partir desse decreto, “ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens e serviços necessários à execução do Plano de Ação Intersetorial para atender aos indígenas da etnia Warao no Município de Manaus”.

A emissão do decreto, cujo prazo é de 90 dias, motivou um encontro do prefeito de Manaus em Brasília, para discutir o repasse de recursos do Governo Federal, no

sentido de subsidiar as ações emergenciais a serem adotadas²⁷. A respeito desse encontro, a imprensa local noticiou algumas declarações dadas pelo prefeito, que sugeriam a construção de um “muro” como alternativa para barrar a entrada de venezuelanos ao Brasil, bem como a construção de um “campo de refugiados”²⁸.

No dia 09 de maio, diante da ausência de medidas concretas de abrigo e da falta de uma política de migração em Manaus, o MPF expediu a Recomendação Nº 05/2017/5º Ofício, cobrando uma atuação articulada entre os poderes públicos municipal, estadual e federal no sentido de implementar ações de assistência humanitária aos imigrantes venezuelanos em Manaus. Tais ações deveriam incluir todos os “serviços com vistas ao tratamento digno que deve ser dispensado à pessoa humana”, chamando a atenção para a urgência do abrigo dos indígenas que se encontram em situação de rua e vulnerabilidade.

O MPF também recomendou que os órgãos públicos envolvessem efetivamente os indígenas Warao no processo de elaboração das políticas públicas, ouvindo-os e consultando-os previamente. A recomendação também apontava para a necessidade de acompanhamento por parte dos órgãos ligados à política indigenista, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que até então não estavam participando efetivamente das articulações interinstitucionais sobre a questão.

Após a recomendação do MPF, a SEJUSC, a FEI, a FUNAI e o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Manaus, com apoio logístico da SEMMASDH, organizaram a “1º Oficina de Sensibilização e Regramento de vida no Brasil e apresentação da cultura dos indígenas Warao para atores sociais das instituições públicas”, no dia 19 de maio, no Parque do Idoso, em Manaus, da qual também participei. A iniciativa teve como objetivo iniciar um diálogo mais próximo entre os indígenas Warao e os órgãos públicos para pensar estratégias diferenciadas de atuação, para além das ações que já haviam sido empreendidas.

Nos tópicos seguintes, são relatadas algumas das ações e articulações realizadas pelo poder público e pela sociedade civil, antes e após a recomendação expedida pelo MPF, em algumas áreas específicas.

²⁷ No entanto, até o presente momento, não houve a confirmação de nenhum valor disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) à Prefeitura de Manaus.

²⁸ Disponível em: <http://www.acritica.com/channels/manaus/news/governo-e-prefeitura-estudam-frear-entrada-de-venezuelanos-no-amazonas>, acessado em 28/05/2017.

4.2 Medidas de abrigamento

No dia 16 de maio, uma semana após a recomendação expedida pelo MPF, o governador interino do Estado anunciou um Plano Emergencial de Ajuda Humanitária para os indígenas Warao e um repasse de aproximadamente R\$205.000,00 para custear as ações de apoio. Tal plano prevê que os indígenas acampados na região da rodoviária sejam abrigados provisoriamente no prédio onde funcionava o antigo programa Jovem Cidadão, no bairro Coroado (Zona Leste), o qual está passando por uma reforma para abrigar as famílias Warao. Até a conclusão deste Parecer, no dia 29 de maio, os indígenas ainda não haviam sido alocados no abrigo. Segundo informações da SEJUSC, a previsão para abertura do local é no início de junho.

É importante ressaltar que além das famílias Warao acampadas na rodoviária, há uma grande quantidade de famílias da mesma etnia hospedadas no centro da cidade, algumas das quais estão sujeitas ao despejo iminente. Portanto, o abrigo também deve ser pensado como local de acolhimento para os indígenas que se encontram nessa situação, embora seja necessária a articulação de outras propostas de acolhimento e moradia junto ao poder público, tendo em vista que a capacidade máxima do abrigo é de 300 pessoas, inferior à quantidade de indígenas Warao em Manaus.

Logo após o anúncio do local de abrigamento, vários representantes Warao foram até o local avaliar as condições do edifício e concordaram com sua transferência para o local, embora manifestassem certa preocupação com relação ao calor, causado pela cobertura do ginásio, e da grande concentração de pessoas em um mesmo ambiente.

4.3 Ações de saúde

Desde janeiro de 2017 a equipe do Consultório de Rua da SEMSA tem acompanhado a situação de saúde dos Warao, realizando atendimento médico e encaminhamento para internações nos casos mais graves, em parceria com a SEMMASDH e a SEJUSC. Algumas ações foram realizadas na rodoviária e, posteriormente, no centro da cidade. Em abril, diante da vinda de um número particularmente grande de indígenas que se instalaram no centro, a Cáritas também promoveu uma ação de saúde com o intuito de realizar

diagnósticos e encaminhamentos para postos de saúde e hospitais da cidade, como já foi apontado.

Foi constatado que grande parte dos indígenas recém-chegados apresentavam problemas de saúde, com casos de tuberculose, catapora e pneumonia, por exemplo. A situação de saúde das crianças Warao é particularmente preocupante, considerando a grande quantidade de meninas e meninos doentes e a ocorrência de duas mortes entre crianças menores de um ano, uma causada por pneumonia e outra por infecção generalizada decorrente de catapora. No final de maio, a SEMSA, responsável pela atenção primária, instalou um posto de atendimento no terminal rodoviário, para diagnosticar e atender os Warao que estão acampados, bem como aqueles recém-chegados.

As ações da SEMSA envolvem medidas de prevenção e cuidado à saúde, com consultas médicas, de enfermagem e odontologia, além de vacinação e pré-natal. No entanto, a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SUSAM), responsável pelos casos de alta e média complexidade, não tem participado de forma ativa até o momento no contexto das articulações interinstitucionais.

A equipe da SEMSA chegou a relatar dificuldades no contexto dos atendimentos, devido à resistência de alguns indígenas em permitir a internação de seus filhos, bem como casos de abandono dos locais de internação antes da finalização do tratamento. Embora alguns atendimentos fossem feitos por profissionais falantes do espanhol, nem sempre isso era possível. Nesse sentido, é importante frisar a importância do domínio da língua ou da tradução do português para o espanhol²⁹ no contexto dos atendimentos interculturais, a fim de possibilitar a comunicação plena e o entendimento dos indígenas sobre a situação.

O receio dos indígenas com relação à possibilidade de terem suas crianças retiradas do convívio familiar por tempo indeterminado pode ser uma das causas para a resistência diante das internações. Assim, é fundamental que haja um diálogo claro e amplo com os Warao a respeito da dinâmica dos atendimentos de saúde e das internações. Uma primeira iniciativa, nesse sentido, foi realizada no dia 25 de maio, contando com a participação de vários representantes Warao e da equipe do Consultório de Rua. A partir de uma roda de conversa, os indígenas manifestaram o desejo de que os líderes e xamãs Warao

²⁹ Idealmente, a tradução deveria se dar também na língua Warao, visto que nem todos os indígenas dominam perfeitamente o espanhol.

acompanhassem os tratamentos prescritos pelos médicos, levando em consideração suas práticas tradicionais de cura.

4.4 A tentativa de retirada compulsória das crianças

No dia 11 de março, o Conselho Tutelar realizou uma abordagem no terminal rodoviário com o objetivo de retirar compulsoriamente as crianças Warao de suas famílias, alegando que estavam em condições de vulnerabilidade, devido à insalubridade do local e ao risco de atropelamento. Os Warao relataram que alguns homens chegaram à rodoviária, tiraram fotos e disseram que seus filhos seriam levados para um “galpão”. Os indígenas ficaram muito assustados e não permitiram que as crianças fossem levadas, alegando que homens, mulheres e crianças deveriam permanecer juntos

A equipe da SEMMASDH, acionada pelo próprio Conselho Tutelar, também esteve no local e orientou que a abordagem não fosse realizada até que houvesse um posicionamento por parte dos governos municipal, estadual e federal. Assim, o afastamento das crianças pelo Conselho Tutelar não foi efetivado, embora a ameaça de retirada compulsória tenha causado medo e apreensão entre os Warao, motivando, inclusive, o retorno de algumas famílias com seus filhos para a Venezuela no dia seguinte.

Em reunião realizada no dia 13 de março, o procurador do MPF Fernando Soave manifestou que a retirada das crianças configuraria uma agressão às famílias indígenas, uma vez que os vínculos sociais estabelecidos entre as crianças e seus familiares são fundamentais no contexto da dinâmica sociocultural dos Warao. Assim, é importante destacar que as soluções elaboradas pelo Estado para evitar a exposição das crianças a situações de vulnerabilidade devem abarcar as famílias integralmente, evitando a privação da convivência entre pais e filhos e garantindo condições dignas a todos os familiares.

4.5 A promessa de transporte para a Venezuela

Durante a primeira reunião interinstitucional da qual participei sobre a situação dos Warao, em março de 2017, a SEJUSC e a SEMMASDH haviam levantado a possibilidade de financiar dois ônibus para levar os indígenas de volta para a região do delta do Orinoco. Segundo os representantes dos órgãos, os próprios indígenas haviam manifestado o desejo de

retorno. A partir de então, essa se tornou a principal pauta de discussão ao longo das quatro reuniões que se seguiram, entre os dias 13 e 29 de março, de modo que o debate sobre o abrigo ficou em segundo plano.

No entanto, desde as primeiras reuniões, o procurador do MPF Fernando Soave já havia alertado que tal medida não poderia ser encarada como uma política pública, ainda mais no caso Warao, em que os deslocamentos entre Brasil e Venezuela são constantes. No entanto, os órgãos afirmaram que essa seria uma ação excepcional, para satisfazer o desejo de retorno expresso pelos indígenas, e que o dinheiro arrecadado para tal seria obtido através de doações, uma vez que não havia recursos orçamentários disponíveis.

O deslocamento dos ônibus foi então marcado para o dia 02 de abril, partindo de Manaus até o destino pretendido pelos indígenas: a cidade de San Félix, na periferia do delta do Orinoco. No entanto, apesar do agendamento da viagem, não havia nenhuma garantia de que o percurso dos ônibus seria feito integralmente, diante da incerteza sobre a disponibilidade de recursos que garantissem o deslocamento completo e sobre a viabilidade legal de deslocamento através da fronteira. Portanto, apesar da promessa de retorno até San Félix, era provável que o ônibus fosse apenas até Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, deixando os indígenas no estado de Roraima. No entanto, essa possibilidade não foi devidamente informada aos Warao, os quais afirmavam a necessidade do deslocamento integral até San Felix.

Em reunião realizada no dia 29 de março, com representantes do Estado do Amazonas, do Município de Manaus e da Casa Civil da presidência da república, o MPF recomendou que o transporte até a Venezuela fosse suspenso, diante da ausência de garantias de retorno até o local desejado pelos indígenas. De acordo com os membros do MPF presentes, a função do Estado, nesse caso, seria a de garantir condições dignas de acolhimento nas cidades brasileiras e não a de transferir um contingente de imigrantes de um estado para outro. Com o cancelamento dos ônibus, muitos indígenas se sentiram desapontados e enganados, devido à promessa feita anteriormente, sendo que alguns optaram por retornar por conta própria, enquanto outros permaneceram em terras brasileiras.

Esse episódio chama a atenção para a necessidade do poder público reconhecer a dinâmica específica de mobilidade dos indígenas Warao, marcada pelo deslocamento constante entre o Brasil e a Venezuela, evitando criar expectativas e impressões equivocadas sobre o próprio papel do Estado nesse contexto.

4.6 Regularização documental

Muitos indígenas Warao chegam ao Brasil sem passar pelos postos de fronteira da Polícia Federal, com receio de serem barrados. Assim, um dos principais desejos expressos por eles ao chegar em terras brasileiras é o acesso ao documento que ateste sua condição enquanto “refugiados”. Para tal, devem fazer um pedido na Polícia Federal e marcar uma entrevista, com períodos longos de espera. Grande parte dos indígenas com quem conversei em Manaus já havia feito o pedido de refúgio em Boa Vista, mas se deslocaram para o Amazonas antes da data. Para os Warao, aquele documento representava a garantia de permanência em solo brasileiro e a possibilidade de buscar trabalho.

Diante dessa situação, em que muitos dos Warao estavam com entrevistas marcadas em Boa Vista, inclusive com prazos vencidos, o MPF articulou com a Polícia Federal a possibilidade de remarcar as entrevistas para a capital amazonense, mediante a entrega de uma listagem de indígenas com protocolos encaminhados. O envio dessa relação de nomes para o MPF ficou sob responsabilidade da SEJUSC, embora esta não tenha repassado o referido documento.

É importante salientar que a categoria de “refúgio”, no entanto, apresenta algumas incompatibilidades no contexto da dinâmica de mobilidade Warao, uma vez que pressupõe a permanência no país de destino, impossibilitando o deslocamento constante entre países. Nesse caso, é necessário avaliar os mecanismos legais viáveis para a regularização da situação dos indígenas Warao em solo brasileiro, para que possam ter acesso à CPF e carteira de trabalho, conforme o desejo expresso por alguns indígenas de se inserirem no mercado de trabalho e regularizarem sua situação no país. No entanto, são poucos aqueles que têm informações claras sobre o acesso aos documentos e suas implicações legais, o que demandaria um esforço do Estado de orientação e esclarecimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste Parecer, buscou-se apontar e analisar questões relativas às condições de vida dos indígenas Warao na cidade de Manaus, levando em consideração suas vivências e perspectivas no contexto urbano. Ressalta-se que este é um estudo preliminar, sendo fundamental a realização de novos estudos, de caráter etnográfico, a fim de acompanhar a trajetória dos Warao na capital amazonense e aprofundar algumas das questões aqui tratadas.

Dentre os principais pontos tratados neste parecer, constam:

- 1) A etnia Warao conta com cerca de 49.000 pessoas e ocupa tradicionalmente o delta do rio Orinoco, no nordeste da Venezuela, há pelo menos 8.000 anos, conforme apontam estudos antropológicos, arqueológicos e linguísticos. Essa região é caracterizada por uma extensa rede de *caños*, ilhas fluviais, mangues e terras alagadiças, onde se localizam centenas de aldeias.
- 2) Os Warao são descritos na literatura antropológica como “povo da canoa”, destacando-se como hábeis navegadores e construtores de embarcações. Desenvolvem tradicionalmente as práticas de pesca e coleta para subsistência, embora também desenvolvam a prática agrícola (cultivo de *ocumo chino*, mandioca e banana, principalmente), introduzida no início do século XX por missionários.
- 3) Embora o povo Warao constitua uma “unidade étnica diferenciada” em termos linguísticos e das relações intra e interétnicas, há uma grande heterogeneidade dos “modos de ser Warao”, variável de acordo com a região de ocupação do delta do Orinoco, refletindo em práticas culturais relativamente distintas.
- 4) Ao longo do século XX, a região do delta do Orinoco foi alvo de uma série de empreendimentos governamentais que provocaram impactos socioambientais significativos sobre o território tradicional de ocupação Warao, como o incentivo ao plantio de *ocumo chino*, entre as décadas de 1920 e 1940; o barramento do rio Manamo, na década de 1960; e a exploração de petróleo, a partir da década de 1990. Essas ações tiveram impactos significativos sobre o regime das águas do delta e a qualidade dos solos, entre outros aspectos, afetando diretamente a disponibilidade de recursos naturais e as condições tradicionais de

vida. Esse contexto estimulou o deslocamento dos Warao das comunidades nos *caños* para as cidades na periferia do delta e, posteriormente, para outras cidades na Venezuela, como Caracas, onde buscavam complementar a subsistência das famílias, sem perder o vínculo com seu território de origem.

5) Os deslocamentos dos Warao para o Brasil datam de 2014 e foram estimulados pela crise econômica venezuelana, marcada pela hiperinflação, desemprego e escassez de alimentos. Os indígenas se deslocam até as cidades brasileiras em busca de comida, dinheiro, trabalho e atendimento à saúde.

6) A presença dos Warao na cidade de Manaus se tornou mais evidente a partir de dezembro de 2016, com o deslocamento de famílias que se instalaram inicialmente em hotéis no centro da cidade. Com a chegada de mais indígenas Warao, outros espaços da cidade foram ocupados: o terminal rodoviário, casas alugadas no centro e nos bairros Educandos e Cidade Nova. O número de indígenas Warao na cidade aumentou de 117, em fevereiro de 2017, para 494, em maio.

7) A dinâmica de mobilidade dos Warao entre o Brasil e a Venezuela é marcada por deslocamentos constantes entre os dois países, em um movimento pendular, marcado por um maior tempo de permanência no Brasil, a fim de acumular comida, dinheiro e outros bens de primeira necessidade, e levá-los para os familiares que ficaram no delta do Orinoco. Ali permanecem por alguns dias, e logo retornam para o Brasil, com peças de artesanato para a venda.

8) Entre as razões alegadas pelos Warao para saírem de Boa Vista e se deslocarem para Manaus estavam: 1) o discurso que proibia e condenava a prática de pedir dinheiro nas ruas; 2) as condições de permanência no CRI, marcadas por conflitos com *criollos* e alimentação insuficiente e inadequada aos hábitos alimentares Warao; 3) a dificuldade de obter trabalho; e 4) a competição para venda de artesanato.

9) A prática do pedir dinheiro pelas mulheres Warao, muitas vezes acompanhadas pelas crianças, destaca-se como um modo de sobrevivência dos Warao no contexto urbano, a partir

de escolhas e modos culturais próprios, diante das restrições impostas à permanência em seu território tradicional. Tal prática, contudo, não se destaca como uma “atividade tradicional”, mas sim como uma “estratégia adaptativa”, de modo que, diante de outras oportunidades, seja possível pensar a realização de outras práticas para acesso a recursos. O acesso ao trabalho, nesse contexto, aparece como uma importante demanda dos Warao.

10) A venda do artesanato se destaca como outra estratégia de sobrevivência Warao no contexto urbano, o que gera a demanda por condições adequadas de produção artesanal em Manaus, como o acesso à matéria-prima.

6. SUGESTÕES

A partir das informações e análises apresentadas neste Parecer e das sugestões já apontadas pelo Parecer Técnico N° 208/2017/SEAP/6^aCCR/PFDC e pela Peça Pericial N° 01/2017/Antropologia/PR-RR/SP-BV/CRP-4, são sugeridas a seguir algumas ações no sentido de garantir o respeito aos direitos do povo indígena Warao na cidade de Manaus:

- 1) Que os Warao sejam ouvidos de forma livre e informada sobre todas as decisões e políticas que os afetem, em todas as áreas: moradia, saúde, educação, trabalho, assistência social, mobilidade, etc.
- 2) Que seja construído um protocolo de consulta junto aos Warao sobre as políticas públicas direcionadas a eles, levando em consideração suas dinâmicas próprias de organização, deliberação e mobilidade.
- 3) Que seja realizada uma “audiência pública” ou “seminário” envolvendo os Warao e representantes de órgãos municipais, estaduais, federais, organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa, com o intuito de debater amplamente sobre a situação dos indígenas venezuelanos na cidade de Manaus e pensar estratégias conjuntas para garantir condições dignas de existência no contexto urbano, levando em consideração as especificidades socioculturais da etnia.
- 4) Que seja criada uma instância de diálogo com representantes das várias famílias Warao em Manaus, órgãos municipais, estaduais, federais, organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa, para discutir a elaboração de políticas públicas específicas e monitorar sua execução. Esse espaço de diálogo já foi iniciado com a realização da “1^a Oficina de Sensibilização e Regramento de vida no Brasil e apresentação da cultura dos indígenas Warao para atores sociais das instituições públicas”, no dia 19 de maio de 2017, em Manaus. Sugere-se que essa iniciativa seja transformada em um fórum, de caráter permanente e periódico.

5) A construção de uma política migratória em Manaus que leve em consideração as especificidades socioculturais do povo Warao, em particular a sua dinâmica própria de mobilidade, marcada pelo trânsito constante entre o Brasil e a Venezuela, garantindo o seu direito de ir e vir.

6) Que o poder público garanta a tradução e comunicação efetiva com os indígenas Warao em todos os diálogos, consultas e, sobretudo, na prestação de serviços públicos. Deve-se considerar que eles têm como primeira língua o Warao e como segunda língua o espanhol, sendo poucos aqueles que compreendem bem o português. Sugere-se, a curto prazo, que sejam firmados acordos com universidades para o acompanhamento de alunos e profissionais com experiência em tradução do espanhol.

7) Que seja desenvolvida uma metodologia específica para registrar de forma qualificada, sistemática e permanente a entrada e saída de indígenas Warao de Manaus, de maneira a possibilitar o acesso integral aos serviços públicos, a partir da articulação de órgãos públicos (SEMMASDH, SEJUSC, SEMSA, SEAS, entre outros), ACNUR³⁰ organizações da sociedade civil (Cáritas) e instituições de pesquisa (UFAM, UEA, Fiocruz, entre outras). Sugere-se que esse monitoramento inclua a aplicação de questionários para gerar informações a respeito da situação dos indígenas em Manaus, sobretudo no que diz respeito à sua situação documental, condições de saúde e distribuição pela cidade.

8) Que seja estimulado o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre a presença dos indígenas Warao em Manaus (e no Brasil) e projetos de extensão voltados para essa etnia, por parte de universidades brasileiras e venezuelanas, com o intuito de melhor compreender suas dinâmicas específicas de mobilidade, as estratégias desenvolvidas no contexto urbano, suas condições de vida e saúde, e os danos socioambientais em seu território tradicional de ocupação. Sugere-se que sejam acionados núcleos de pesquisa nas áreas de antropologia, sociologia, relações internacionais, entre outras, que discutam temáticas afins (povos indígenas no contexto urbano, territorialidade, migrações, saúde indígena, etc.), como o Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia (GEMA), o Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI), o Núcleo de Estudos de Políticas Territoriais na Amazônia (NEPTA) e o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), todos vinculados à Universidade

³⁰Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

Federal do Amazonas (UFAM), além de núcleos de pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

9) Que haja um esforço interinstitucional de regularização da situação dos indígenas Warao no Brasil e que esta dispense a cobrança de taxas ou de documentos dos quais eles não dispõem, no sentido de desburocratizar o seu acolhimento.

10) Que sejam fomentadas ações de esclarecimento social sobre a situação dos Warao no Brasil, com a participação dos próprios indígenas e de pesquisadores, no sentido de desconstruir o discurso preconceituoso que tem sido divulgado pelo senso comum e por parte da mídia. Sugere-se a realização de mais oficinas voltadas para representantes de órgãos públicos e também para jornalistas; e a elaboração de cartilhas explicativas sobre as especificidades socioculturais dos Warao, sua vinda para o Brasil e seus direitos enquanto indígenas e imigrantes.

10) Que sejam elaboradas ações e políticas públicas etnicamente diferenciadas, em conjunto com os Warao, principalmente nas áreas de saúde, educação, trabalho, moradia e abrigo:

10.1) **Saúde**

A) Que haja atendimento de saúde permanente, periódico e diferenciado para os Warao, com atenção especial para as condições de saúde das mulheres, crianças e idosos. Sugere-se que seja instalado um centro de atendimento à saúde no abrigo que será inaugurado no bairro Coroado (previsão: junho/2017), e, eventualmente, nos lugares onde for verificada grande concentração de indígenas Warao.

B) Que sejam desenvolvidas pesquisas epidemiológicas, em parceria com instituições de pesquisa (ex.: Fiocruz, UFAM, UEA) para subsidiar as ações em saúde, identificando as principais doenças que acometem os Warao e as situações de vulnerabilidade que encontram no Brasil, e sugerindo políticas públicas adequadas nesse contexto.

C) Que as concepções de doença e as práticas tradicionais de cura do povo Warao sejam levadas em consideração e incorporadas no contexto dos atendimentos à saúde. Sugere-se também a realização de pesquisas na área de antropologia da saúde para compreender de forma mais aprofundada as concepções Warao de “saúde” e “doença”.

10.2) Educação

A) Que sejam ofertados cursos de português aos indígenas Warao.

B) Que os Warao sejam consultados acerca da inserção das crianças no sistema de ensino público e que haja um esforço em fornecer educação, no mínimo, bilingue e diferenciada aos indígenas.

10.3) Trabalho

A) Que sejam desenvolvidos projetos de incentivo e valorização da produção artesanal, a partir da facilitação do acesso às matérias primas utilizadas na confecção das peças, como fibra de buriti e miçangas. Sugere-se o acionamento de instituições da sociedade civil que já tenham experiência com ações de etnodesenvolvimento para auxiliar na elaboração desses projetos, como o Instituto Socioambiental (ISA).

B) Que sejam avaliadas as condições para inserção dos indígenas Warao na atividade pesqueira, no entorno de Manaus, por meio do acionamento de associações locais de pescadores, entre outras alternativas a serem debatidas entre os Warao e o poder público.

C) Que sejam avaliadas as condições para inserção dos Warao em práticas de cultivo agrícola na cidade de Manaus e entorno, por meio do acionamento de associações locais de produtores, do movimento indígena local, da FUNAI e dos órgãos fundiários estatais, entre outras alternativas a serem debatidas entre os Warao e o poder público.

D) Que seja discutido junto aos Warao e atores da sociedade civil propostas e implementação de cooperativismo como alternativas de renda e bem viver aos indígenas.

10.4) Moradia e abrigo

A) Que o abrigo providenciado pelo governo estadual, com capacidade para 300 pessoas e ainda em reforma, seja destinado exclusivamente para os indígenas Warao e esteja em condições para o seu acolhimento, com infraestrutura adequada e saneamento básico. Que no

abrigo seja garantida uma alimentação adequada e etnicamente orientada, bem como as condições de reprodução de suas práticas culturais.

B) Que o abrigo sirva como um local de centralização dos atendimentos nas áreas de saúde, assistência social e documentação para os Warao.

B) Que seja garantido o abrigamento urgente dos Warao que se encontram acampados no terminal rodoviário de Manaus e daqueles que estão hospedados em casas do centro da cidade com possibilidade iminente de despejo pelos proprietários³¹.

C) Que sejam discutidas mais alternativas de moradia e abrigamento para os Warao, com o intuito de evitar a superlotação do abrigo, uma vez que sua capacidade é de 300 pessoas, enquanto o número de indígenas Warao identificados até o presente momento está na faixa de 500 (com indicativo de aumento). Nesse sentido, sugere-se que na audiência pública ou seminário a ser realizado (sugerido no item 3) seja destinado um espaço exclusivo para debater outras possibilidades de moradia e acolhimento para além do abrigo já providenciado.

D) Que seja aventada a possibilidade do poder público ou de organizações da sociedade civil financiarem e intermediarem o aluguel de casas para os indígenas Warao que não puderem ser alocados no abrigo, até que os próprios indígenas tenham condições de custear sua própria hospedagem.

E) Que haja algum tipo de fiscalização no sentido de evitar a cobrança de preços abusivos de aluguel para os indígenas Warao.

É o Parecer.

Manaus, 29 de maio de 2017.

PEDRO MOUTINHO COSTA SONEGHETTI

Analista do MPU/Perícia/Antropologia

³¹ Fui informado que os indígenas hospedados em uma das casas do centro têm até o dia 12 de junho para saírem do local.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Kátia. "Crise na Venezuela: população de Boa Vista pediu deportação de índios Warao em Roraima". *In* Amazônia Real. Publicado em 13/06/2016, às 11:04. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/crise-na-venezuela-populacao-de-boa-vista-pediu-deportacao-de-indios-warao-em-roraima/>. Consultado em 03/05/2017.

BOTELHO, E.; RAMOS, L.; TARRAGÓ, E. Parecer Técnico N° 208/2017/SEAP/6ªCCR/PFDC. Ministério Público Federal (MPF), 2017.

GARCÍA CASTRO, A. "Mendicidad Indígena: Los Warao Urbanos". Boletín Antropológico n° 48. Enero-Abril, ISSN: 1325-2610. Centro de Investigaciones Etnológicas – Museo Arqueológico – Universidade de Los Andes. Mérida, 2000.

SOUZA, Janaína. "Crise na Venezuela: O repúdio das instituições dos Direitos Humanos contra a deportação em massa dos índios Warao". *In* Amazônia Real. Publicado em 29/12/2016, às 17:25. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/crise-na-venezuela-o-repudio-das-instituicoes-dos-direitos-humanos-contra-a-deportacao-em-massa-dos-indios-warao/>. Consultado em 03/05/2017.

TARRAGÓ, E. Peça Pericial n.º 01.2017/Antropologia/PR-RR/SP-BV/CRP-4. Ministério Público Federal (MPF), 2017.